

O Greenpeace avaliou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e apontou os pontos fracos do documento e sugeriu modificações. A organização irá participar do processo de consulta pública.

- **Florestas:** propõe redução sustentada das taxas de desmatamento até que se atinja o desmatamento **ilegal** zero, mas não se compromete a por um ponto final no desmatamento – seja ele legal ou não. Os objetivos específicos são baseados no atual Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento da Amazônia Legal (Ppcdam), que nos últimos três anos teve apenas 30% de suas propostas executadas. Além disso, propõe um novo conjunto integrado de políticas estruturantes e emergenciais sem qualquer detalhamento de como, quando e por quem será implementado. O documento cita, por exemplo, a necessidade de se tomar medidas urgentes de ordenamento fundiário e territorial, sem detalhar como será feito. Além disso, solidifica a política de descentralização do combate ao desmatamento, compartilhando essa responsabilidade com estados, municípios, setor privado e sociedade civil – quando a responsabilidade é de todos, acaba não sendo de ninguém.

- **Agronegócio** - O programa de produção sustentável do agronegócio prevê financiamento e recuperação de 100 milhões de pastos degradados existentes no país, com a expansão agrícola. Parte das áreas degradadas pode e deve ser usada pela agricultura, mas é preciso que também haja programas de recuperação. Outro problema é que a contenção dos avanços do desmatamento pelo setor agropecuário dependeria exclusivamente dos próprios produtores.

- **Responsabilidade:** na introdução, reconhece a questão das florestas e mudanças do uso da terra e suas implicações nas emissões brasileiras. Também se compromete a reduzir a desigualdade social e aumentar a renda sem repetir modelo e padrões dos países já industrializados. No entanto, o plano reduz o problema do desmatamento à questão legal, além de promover fontes sujas de energia, como carvão e nuclear, e propor metas medíocres para as energias renováveis modernas e eficiência energética.

- **Metas:** ora não existem, ora não estão detalhadas, com data ou mecanismos para alcançá-las.

- **Energias renováveis e limpas:** não é possível manter a participação atual de mais de 80% das renováveis na matriz elétrica brasileira, já que o cenário do Ministério das Minas e Energia indica que até 2050 a contribuição das renováveis será de apenas 50%. O plano fala ainda em expansão das grandes hidrelétricas, como Madeira e Belo Monte, o que causa grandes impactos ambientais. O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e leilões são citados como solução, quando na verdade o Proinfa teve escala insignificante e os leilões de renováveis tiveram resultados pequenos (Pequenas Usinas Hidrelétricas) ou não obtiveram nenhum êxito (eólica).

- **Expansão da energia nuclear:** considera nuclear energia limpa, ignorando o problema do lixo radioativo e das emissões geradas pelo ciclo completo da produção, da mineração à geração. O documento promove a usina Angra 3 e a entrada de mais 4 mil MW a 8 mil MW até 2030.

- **Custo sócio econômico de adaptação:** fica claro que pouco se sabe sobre o assunto.

- **Setor produtivo:** não temos mais tempo para falar de melhoramento contínuo do setor produtivo. Precisamos de uma ruptura do modelo de desenvolvimento tradicional que transforme o desafio em uma oportunidade, promovendo um grande salto tecnológico, com mudanças de padrões de consumo. A grande questão, no entanto, é que não existem metas de redução de emissão para o setor industrial. Além disso, são mencionados acordos com produtores de grãos (moratória da soja), com madeireiros e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), mas não se fala em negociações com o maior responsável pelo desmatamento da Amazônia, o setor pecuário.

- **Biocombustíveis:** aponta as vantagens e não trata com a profundidade os impactos socioambientais. O problema fica restrito às questões do uso do solo.

- **Resíduos:** a incineração com recuperação energética e reciclagem, prevista no plano, fomenta a geração de lixo porque o resíduo passa a ser um combustível energético. Outro ponto negativo é que o lixo incinerado pode gerar emissões tóxicas de alto impacto ao meio ambiente e à saúde humana. É por isso que a prática é condenada em vários países.

- **Sumidouros:** o plano trata apenas das florestas e ignora o maior sumidouro do Planeta, os oceanos. Não aponta políticas para proteção dos mares brasileiros.